

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 585.248 - RJ (2014/0241417-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : GLOBAL TRANSPORTE OCEÂNICO S/A**  
**ADVOGADOS : GODOFREDO MENDES VIANNA - RJ073562**  
**RODRIGO DE CARVALHO VIEIRA - RJ133490**  
**AGRAVADO : UNIÃO**  
**AGRAVADO : BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**  
**E SOCIAL**  
**ADVOGADOS : PATRICE GILLES PAIM LYARD - RJ121558**  
**BRUNO MACHADO EIRAS - RJ112579**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 555-556):

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM CONDENAÇÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM RAZÃO DO EXCESSO DE COBRANÇA. REVISÃO JUDICIAL DE CONTRATO. FINANCIAMENTO COM RECURSOS DO FUNDO DE MARINHA MERCANTE - FMM. ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO DE CORREÇÃO CAMBIAL DETERMINADO PELO ARTIGO T DA LEI 9.365/1996. ADOÇÃO DA TJLP COMO FATOR DE CORREÇÃO DAS PRESTAÇÕES CONTRATUAIS. FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO: REFORMA DE EMBARCAÇÃO. ATIVIDADE PRODUTIVA. NÃO INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DO CONSUMIDOR. EXEGESE DO ARTIGO 6º DA LEI 8.880/1994. O PRINCÍPIO DA BOA FÉ CONTRATUAL. EXCEPCIONALIDADE DA REDUÇÃO DE PRESTAÇÕES DE DINHEIRO COM BASE EM ONEROSIDADE EXCESSIVA. ELEVAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA.

1. Carece de fundamento o pedido de declaração de inexistência de dívida, cumulado a outro de repetição de indébito, oriundo do excesso de cobrança, sob a só alegação de que, se adotada a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo - restaria comprovada a quitação da dívida, tal como demonstra o laudo pericial contábil.
2. Destinando-se o financiamento à reforma de embarcação, descabe falar-se em relação de consumo, posto que o dinheiro alocado visa ao fomento de atividade produtiva da empresa, que não se enquadra,

nesse sentido, no conceito de destinatário final, previsto no artigo 2º da Lei 8.078/1990, que instituiu o chamado Código de Defesa do Consumidor.

3. A exegese do artigo 7º da Lei 9.365/1996 em confronto ao artigo 6º da Lei 8.880/1994 convence de que a cláusula de correção cambial do saldo devedor do financiamento, com reflexos nas prestações de amortização, decorre de imposição legal e não de ato de vontade, donde a impossibilidade de revisão judicial desse critério, máxime em contrato de mútuo que já alcançou a sua finalidade, estando, ao ensejo, na fase de cumprimento das prestações de dinheiro conforme pactuadas.

4. O princípio da boa fé contratual, atuando na base da exceção de onerosidade excessiva, ainda à luz do Código Civil de 1916, e com melhor disciplina no novo Código de 2002, exige do intérprete-aplicador o máximo de rigor, somente admitindo a revisão do valor das prestações de amortização perante fatos gravíssimos e excepcionais, em tudo dissociado, objetivamente, dos riscos inerentes à contratação, desse modo idôneos para legitimar a substituição do critério determinado em lei especial e de ordem pública como fator de correção do saldo devedor.

5. Elevação dos honorários de advogado, embora sob apreciação equitativa, mas com atenção ao norte valorativo do § 3º do artigo 20 do CPC, considerando o esforço profissional dedicado à lide, que demandou pesquisa doutrinária e jurisprudencial de qualidade, e o longo tempo de duração do processo.

6. Recursos conhecidos, para dar provimento às Apelações dos réus, reformando em parte a sentença, apenas no tocante à sucumbência honorária, elevada ao percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, pelo que, e nessas condições, a Apelação da autora é desprovida.

Inicialmente, cumpre destacar que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016, desta Corte.

Em relação ao juízo de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, destaco que esta Corte possui entendimento no sentido de que *"é admitida a incursão no mérito do recurso especial pelo Tribunal a quo para a verificação da admissibilidade do apelo nobre"* (AgRg no Ag 1.034.534/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA,

TERCEIRA TURMA, DJe 3.2.2009).

A decisão agravada deixou de admitir o recurso especial ante a incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ e dissídio jurisprudencial não comprovado nos moldes legais.

Em suas razões, a agravante limitou-se a defender a inaplicabilidade da Súmula 7 do STJ e ter demonstrado a divergência jurisprudencial, deixando de impugnar o fundamento relativo à aplicação da Súmula 5 do STJ.

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica de todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento por ausência de cumprimento do requisito exigido no artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973 (artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ.

1. Inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, nos termos do que dispõe a Súmula 182 do STJ.

2. O sistema processual brasileiro consagra e positiva o princípio da dialeticidade ao exigir que o recurso faça impugnação específica aos fundamentos do provimento jurisdicional atacado (arts. 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973; 932, III e 1.021, § 1º, do atual Código de Processo Civil; e 259, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.003.118/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017.)

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar todos os fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

